



CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO

GRANDES TEMAS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

2ª edição revista, ampliada e atualizada

área específica da obra

Direito Administrativo

áreas afins do livro

Direito Municipal

Direito Ambiental

Direito Constitucional

palavras-chave

Direito Administrativo – Grandes Temas –
Direito Público – Celso Antônio Bandeira de
Mello.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 1000

Este livro reúne um conjunto de artigos publicados ao longo de um largo período de tempo. Dentre eles selecionamos alguns que nos pareceram versar questões de grande importância para o direito público em geral ou mais especificamente para o direito administrativo brasileiro. Estando em causa temas capitais e nucleares desta disciplina, notadamente os apresentados logo de início, quais os relativos ao direito adquirido, à legalidade, à discricionariedade, ao controle judicial dos atos administrativos, portanto, também ao motivo, à motivação, ao desvio de poder, compreende-se que haja entre eles uma obrigatória e íntima conexão. Daí que cada qual destes particulares tópicos inevitavelmente foi tratado mais de uma vez e que, bem por isto, determinados textos coligidos apresentem certas semelhanças entre si, de fora parte as distinções atinentes à forma, à variação ou ao alargamento da abordagem dos mesmos temas.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

B214g	Bandeira de Mello, Celso Antônio
	Grandes temas de direito administrativo -- 2. ed. -- / Celso Antônio Bandeira de Mello. Belo Horizonte: Fórum, 2025.
	438 p. 14,5x21,5cm
	ISBN impresso 978-65-5518-790-8
	ISBN digital 978-65-5518-791-5
	1. Direito administrativo. 2. Grandes temas. 3. Direito público. 4. Celso Antônio Bandeira de Mello. I. Título.
	CDD: 342
	CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):
BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. <i>Grandes temas de direito administrativo</i> . 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 438 p. ISBN 978-65-5518-790-8.

Celso Antônio Bandeira de Mello

Professor Emérito da PUC-SP. Professor Titular de Direito Administrativo da PUC-SP.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
DIREITO ADQUIRIDO E O DIREITO ADMINISTRATIVO: UMA NOVA PERSPECTIVA	15
I – O direito e a segurança jurídica	15
II – O problema da aplicação da lei no tempo	17
III – Os precedentes históricos do direito adquirido.....	21
IV – O verdadeiro préstimo da noção de direito adquirido.....	23
V – O direito adquirido no direito administrativo.....	26
VI – Uma nova perspectiva sugerida	30
Referências.....	37
DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E CONTROLE JUDICIAL.....	39
I – Introdução.....	39
II – Princípio da legalidade	41
III – Vinculação e discricionariedade	42
IV – Fundamentos da discricionariedade.....	43
V – Estrutura lógico-normativa da discricionariedade.....	46
VI – Limites da discricionariedade	50
VII – Extensão do controle judicial	54
VIII – Conclusão	58
Referências.....	60
LEGALIDADE – DISCRICIONARIEDADE – SEUS LIMITES E CONTROLE.....	63
I – Legalidade administrativa e finalidade	63
II – Discricionariedade e vinculação.....	65
III – O desvio de poder e seu controle.....	68
IV – O controle dos motivos do ato	73
V – O controle da “causa” do ato.....	77
VI – A “motivação” do ato	79
VII – A “razoabilidade” e a “proporcionalidade”, como requisitos de legitimidade	83
VIII – Lealdade, boa-fé e igualdade como limites da discricção.....	84
IX – Conclusões.....	85
Referências.....	89
“RELATIVIDADE” DA COMPETÊNCIA DISCRICIONÁRIA.....	91
Referências.....	100
ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO E DEVER DE INVALIDAR	103
Referências.....	108
ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO: DEVIDO PROCESSO LEGAL E MOTIVAÇÃO	111
Referências.....	127
DESVIO DE PODER	129
I – Introdução.....	129
II – A atividade administrativa e a ideia de função.....	133
III – A teoria do desvio de poder	136
IV – Modalidades de desvio de poder	137
V – O desvio de poder e a regra de competência	141
VI – Hipóteses de desvio de poder	142
VII – O desvio de poder e o vício de intenção	145
VIII –Desvio de poder: vício objetivo	148

IX – Desvio de poder por omissão	150
X – A prova do desvio de poder	151
XI – Desvio de poder em atos legislativos e jurisdicionais	155
XII – Desvio de poder e “mérito” do ato	158
Referências.....	159
PROTEÇÃO JURISDICIONAL DOS INTERESSES LEGÍTIMOS NO DIREITO BRASILEIRO	161
I – Introdução	161
II – Princípio da legalidade	162
III – Princípio da igualdade	163
IV – Noção de direito subjetivo	164
V – Proteção do interesse legítimo.....	165
VI – Extensão do conceito de legalidade	168
Referências.....	169
CONTROLE JUDICIAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	171
I – Introdução.....	171
II – Da admissibilidade das postulações em juízo.....	173
III – Extensão da investigação judicial dos atos administrativos.....	178
Referências.....	187
A ESTABILIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS E A SEGURANÇA JURÍDICA, BOA-FÉ E CONFIANÇA LEGÍTIMA ANTE OS ATOS ESTATAIS.....	189
Referências.....	203
A NOÇÃO JURÍDICA DE INTERESSE PÚBLICO.....	205
Referências.....	215
PRINCÍPIO DA ISONOMIA: DESEQUIPARAÇÕES PROIBIDAS E DESEQUIPARAÇÕES PERMITIDAS	217
Referências.....	223
O EQUILÍBRIO ECONÔMICO NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	225
I – O equilíbrio das prestações nos contratos comutativos	225
II – O equilíbrio econômico-financeiro como coadjuvante do interesse público	238
III – O equilíbrio econômico-financeiro e o princípio da boa-fé.....	240
IV – O equilíbrio econômico-financeiro e o direito positivo.....	243
Referências.....	244
EXTENSÃO DAS ALTERAÇÕES DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: A QUESTÃO DOS 25%	247
Referências.....	270
CONTRATO ADMINISTRATIVO: FUNDAMENTOS DA PRESERVAÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO- FINANCEIRO.....	273
Referências.....	284
PERFIL DO PODER REGULAMENTAR NO DIREITO BRASILEIRO	287
I – Introdução	287
II – Limites do poder regulamentar.....	291
III – O objeto do poder regulamentar.....	297
Referências.....	302
SERVIÇO PÚBLICO E SUA FEIÇÃO CONSTITUCIONAL NO BRASIL.....	305
I – Pressupostos metodológicos do conceito de serviço público	305
II – Serviço público: substrato material e elemento formal.....	308
III – Os requisitos da noção de serviço público	311
IV – Conceito de serviço público.....	317
V – Regime jurídico do serviço público	317
VI – Titularidade exclusiva do serviço e titularidade não exclusiva	319
VII – Titularidade do serviço e titularidade da prestação.....	320
VIII – Imposições constitucionais quanto aos serviços públicos no Brasil	320
IX – Os serviços públicos e a dubiedade da expressão “autorização” na Constituição	322
Referências.....	323

SERVIÇO PÚBLICO E PODER DE POLÍCIA: CONCESSÃO E DELEGAÇÃO	325
Referências.....	337
SERVIÇO PÚBLICO E ATIVIDADE ECONÔMICA: SERVIÇO POSTAL	339
Referências.....	354
O PRINCÍPIO DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA EM DIREITO ADMINISTRATIVO	355
Referências.....	369
NATUREZA ESSENCIAL DAS SOCIEDADES MISTAS E EMPRESAS PÚBLICAS: CONSEQUÊNCIAS EM SEUS REGIMES.....	371
I – As empresas e fundações do Estado como entidades auxiliares da Administração	371
II – Características da sua personalidade jurídica de direito privado	372
III – Tipos fundamentais: exploração de atividade econômica e prestação de serviços públicos.....	373
IV – Normas sobre licitação	375
V – Regime jurídico de pessoal	376
VI – Conclusões	377
Referências.....	381
SOCIEDADES MISTAS, EMPRESAS PÚBLICAS E O REGIME DE DIREITO PÚBLICO	383
Referências.....	394
TOMBAMENTO E DEVER DE INDENIZAR.....	395
I – Limitações administrativas e sacrifícios de direito	395
II – Sacrifício de direito e indenização	400
III – Tombamento e sacrifício de direito	401
IV – Tombamento e indenização.....	403
Referências.....	407
SANÇÕES ADMINISTRATIVAS TRANSMISSÍVEIS E SANÇÕES INTRANSMISSÍVEIS.....	409
Referências.....	417
A DEMOCRACIA E SUAS DIFICULDADES CONTEMPORÂNEAS.....	419
I – Democracia formal e democracia substancial.....	419
II – A crise dos instrumentos clássicos da democracia	426
III – Tentativas de resposta à crise da democracia.....	428
IV – Insuficiência dos meios concebidos para salvaguarda dos ideais democráticos	429
V – Possível agravamento da crise da democracia.....	431
VI – Globalização e neoliberalismo: novos obstáculos à democracia	433
Referências.....	438